

Análise coletiva de produção de notícias: Uma experiência de trabalho em Jornalismo especializado¹

Carlos Alberto Zanotti²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma metodologia de ensino desenvolvida para a disciplina Jornalismo Especializado, ministrada aos quartoanistas da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas. Partimos do princípio de que o texto noticioso, quando observadas as técnicas consagradas para a redação jornalística, permite ao autor pouquíssimas variações lexicais e estruturais, sendo possível e até desejável uma avaliação coletiva como estratégia para socializar erros e acertos em decisões tomadas pelos alunos. O método empregado oferece ao professor o pleno controle das condições de produção com as quais todos os estudantes de uma mesma sala de aula irão trabalhar – a mesma entrevista, a mesma pauta, a mesma categoria do gênero informativo (a notícia), os mesmos espaços para texto e título, além do suporte de teorias do jornalismo, do discurso e da cognição. A metodologia de trabalho não se apresenta como uma receita a ser seguida, mas tem por meta reduzir o grau de subjetividade em avaliações desta natureza.

Palavras-chave: Ensino de jornalismo. Teorias do jornalismo. Técnicas de jornalismo. Edição jornalística.

¹ Um resumo das ideias aqui debatidas foi apresentado aos professores que participaram do GT Jornalismo Segmentado, no V Encontro Paulista de Professores de Jornalismo (PUC-Campinas, 27 e 28 de maio de 2011), aos quais agradeço as contribuições, que me motivaram a produzir este texto.

² Jornalista e professor da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas. Doutor pela ECA-USP, em Ciências da Comunicação.

A questão do interesse

Antes de dizer a que veio, este texto precisa deixar claro a que não veio: não pretendemos oferecer uma receita, uma camisa-de-força ou qualquer forma de engessamento ou de limitação à criatividade do aluno ou do professor de jornalismo. Afinal, é compreensível que, em sala de aula, ao avaliar o resultado de um exercício laboratorial desenvolvido pelos alunos, o professor é grandemente influenciado por uma trajetória profissional única e intransferível. Ao longo de sua carreira, o professor-jornalista terá acumulado experiências ímpares em função dos veículos em que tenha trabalhado, das pautas que tenha produzido, coberturas que tenha realizado, funções que tenha desempenhado e uma série de outros fatores que tendem a constituir um olhar todo particular aos comentários que faz e às contribuições que pode oferecer ao aprendizado na área. No entanto, isso não nos desobriga a recorrer a fundamentos que precisam ser levados em conta quando da avaliação do trabalho laboratorial discente, visando tornar menos subjetivas as avaliações e mais efetivo o aprendizado.

Nossa preocupação, ao debater a metodologia que empregamos na disciplina Jornalismo Especializado, caminha no mesmo sentido que norteiam as sugestões do professor Leonel Azevedo de Aguiar no texto “Ensinar as práticas a

partir da Teoria do Jornalismo: uma proposta pedagógica”, publicado na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (v. 1, n. 2, p. 3-29, ago./nov. 2077). No texto, o autor recorre a dois conceitos da teoria do newsmaking (noticiabilidade e valores-de-notícia) com os quais argumenta em torno da necessidade de se oferecer ao estudante mais que “relatos de experiências profissionais do professor-jornalista” (AGUIAR, 2007, p.5) para um efetivo ensino da produção de notícias. Ou seja, menos intuição e mais argumentação técnico-científica para sustentar as decisões tomadas na área.

Ao construir sua argumentação, Aguiar recorre a Foucault³ para caracterizar a notícia como um dado discursivo que busca representar com uma fidelidade possível o acontecimento que se julga de interesse jornalístico. O autor pondera que os discursos inseridos no jornalismo são “blocos táticos no campo das correlações de força” que a imprensa media, produzindo “os efeitos recíprocos de poder e saber”; e que sua integração estratégica seria “a produção de efeitos de verdade” (AGUIAR, 2007, p.14-15). Os efeitos de verdade funcionariam sintonizados com o desejo de saber [a verdade] que motivaria o consumo de informações jornalísticas.

Chaparro também nos apresenta o jornalismo na condição de um palco de conflitos discursivos no qual a socie-

³ As obras relacionadas pelo autor são: Microfísica do poder (Gaal, 1979); História da sexualidade I: a vontade de saber (Gaal, 1980); A ordem do discurso (Loyola, 1996); e A arqueologia do saber (Forense Universitária, 1997).

dade articula seus interesses (de quem produz e de quem lê discursos) e, dentro do qual, os atores sociais procuram inserir suas razões e verdades ou mentiras. O autor pondera que “o jornalismo tornou-se o espaço público dos confrontos discursivos” (2001, p.38), onde o componente “interesse” [de informar e por saber] surge como seu principal atributo definidor:

O interesse pode ser considerado, portanto, o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses. Esse atributo de definição pode alcançar maior ou menor intensidade, dependendo da existência, em maior ou menor grau, de atributos de relevância do conteúdo. (CHAPARRO, 1994, p. 119)

Para que não se perca a linha de raciocínio de Chaparro, é necessário esclarecer que os atributos de relevância da notícia (o conteúdo fundamental do jornal) propostos pelo autor equivalem, com ligeira modificação, aos “elementos da notícia” propostos por Carl Warren na obra *Géneros Periodísticos Informativos*, editada na Espanha nos idos de 1975. Para o ex-professor da USP, os atributos de relevância de um produto jornalístico seriam em número de nove: Atualidade, Proximidade, Notoriedade, Conflito, Conhecimento, Consequências, Curiosidade, Dramaticidade e Surpresa (CHAPARRO, 1994, p. 120). Assim sendo, quanto mais intensa a relevância (o grau de Conflito ou a Noto-

riedade do sujeito, por exemplo), maior o interesse em torno do acontecimento noticiado. Discordamos de Chaparro, nestes fatores valorativos da notícia, apenas em relação ao item de relevância Atualidade, visto considerarmos que este atributo atua como elemento definidor do conceito de periódico, conforme proposto por Groth (BELAU, 1966) em sua obra clássica.

Há outro aspecto nas ponderações desta mesma obra de Chaparro para o qual gostaríamos de chamar a atenção – e que também merecem uma reflexão em sala de aula. O autor, após avaliar certeira que o componente interesse impõe ao jornalista “o dever vital de se conectar a princípios éticos”, aponta que “as intenções controladoras das ações jornalísticas” devem ter como motivação “o interesse público”. Neste particular, julgamos necessário recorrer-se aos “critérios de noticiabilidade” apontados por Wolf (2003), para ponderar que nem sempre o interesse público é fator determinante para a publicação ou não de um texto noticioso.

Vejamos: se um dos critérios de noticiabilidade seria o de oferecer “uma composição equilibrada do noticiário em seu conjunto” (AGUIAR, 2007, p. 22), em muitos casos a notícia poderá estar presente com a simples finalidade de reduzir o peso de uma edição carregada de assuntos carancudos, como violência, economia ou política partidária, por exemplo. É possível, portanto, que o interesse a preva-

lecer seja sempre o interesse jornalístico – e não o público –, mesmo porque não há mal algum em produzir amenidades para um tipo de publicação que, entre suas funções, inclui também a de entreter.

Há que se lembrar ainda que, em função de políticas editoriais, determinados assuntos tornam-se tabus em determinadas publicações, em especial quando há interesses político-econômicos envolvidos. Não é demais ponderar que, neste cenário de conflitos, o grupo empresarial que controla a publicação é um ator de peso. Por menos justas que nos pareçam as restrições desta natureza impostas ao trabalho do jornalista, este é um dado que não pode ser ignorado; mesmo porque, pensar sobre ele pode nos oferecer o remédio para combatê-lo. Afinal, depois da internet, embora antes dela isso já fosse possível, sempre haverá um mecanismo de difusão ou alguém interessado na divulgação de mesquinhas que o empregador deseja ver escondidas.

A questão da linguagem

Nilson Lage parte de um princípio norteador da linguagem jornalística para lembrar que a atividade “se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo imediato” (LAGE, 1990, p.35), o que impõe restrições lexicais visando atingir o maior número possível de leitores. Outros dois princípios decorrentes desta premissa seriam:

1) Devido ao fato de a linguagem jornalística ser, por definição, referencial, ou seja, falar de algo exterior ao emissor ou receptor, impõe-se ao texto o uso quase que obrigatório da terceira pessoa; e 2) Por dirigir-se a um grande número de receptores, que formam um conjunto disperso e não identificado, a linguagem precisa ser expurgada de adjetivos testemunhais e de aferições subjetivas (p. 39-40).

Estas orientações do docente estão presentes em praticamente todos os manuais de redação e em obras didáticas que se propõem a ensinar a prática do texto jornalístico. Ao observá-las e adotá-las em sala de aula, o docente não estaria, a rigor, reproduzindo doutrinas de reducionismo, padronização ou embotamento da capacidade criativa do redator. Há que se considerar que o jornal, o cinema ou qualquer outra produção de natureza cultural firmaram, ao longo de suas existências, verdadeiros contratos de leitura com seus públicos. Assim, da mesma forma que um título costumeiramente se localiza acima do texto a que se refere, no cinema um efeito de *fade in/out* indica ter havido uma mudança espaço-temporal em relação à sequência anterior.

Ao orientar seus repórteres em manuais comercializados para o grande público, dois dos principais jornais diários brasileiros (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) fazem recomendações no campo da linguagem que merecem uma atenção especial em sala de aula. Abaixo, relacio-

namos as mais significativas aos propósitos deste trabalho, não para serem cegamente adotadas, mas para servirem de referência na tomada de decisões e de argumentos para a análise das produções discentes. Ressalte-se que as orientações que veremos a seguir aplicam-se basicamente à produção de notícias advindas de declarações feitas em entrevistas, a matéria-prima da disciplina e da metodologia de trabalho da qual estamos tratando. Vamos a elas:

1. Adotar a ordem direta (sujeito, verbo, completo) é sempre melhor do que a indireta, pois costuma ser mais eficiente em termos de comunicação;

2. Em qualquer ocasião, preferir a palavra mais simples, já que o jornalismo dialoga com um universo bastante heterogêneo em termos de formação cultural, faixa etária ou atividade profissional;

3. Não iniciar matéria com declaração entre aspas, só o fazendo se o que foi dito tiver importância muito grande; nesta estratégia de texto, a do lide-citação (ERBOLATO, 1984, p. 64), a fonte da declaração e o contexto em que esta foi feita só aparecerão mais à frente, o que retarda sua plena compreensão para o leitor;

4. O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas ou nas demais categorias do gênero opinativo, já que o texto informativo costuma ser impessoal;

5. O verbo acontecer deve ser usado em seu significado mais específico, de algo que se sucede de repente, sem

aviso prévio ou data marcada para ocorrer;

6. O texto noticioso deve limitar-se ao uso de adjetivos que definam um fato, evitando-se aqueles que envolvam avaliação ou que encerrem carga elevada de subjetividade;

8. As aspas devem ser prioritariamente adotadas para indicar reproduções literais de falas ou trechos de documentos, não para insinuações ou substituições de palavras para as quais o autor não tenha conseguido encontrar um sinônimo satisfatório;

9. Com raras exceções, o cargo ou a qualificação de uma pessoa deve aparecer antes do nome, porque é o cargo ou a qualificação que geralmente justificam a presença do entrevistado no noticiário;

10. Os verbos mais recomendáveis para textos que envolvam declarações são dizer, afirmar, declarar, garantir, prometer e poucos mais; há que se ter cuidado para não usar o verbo desmentir como sinônimo de contestar ou de contradizer; ou usar o verbo lembrar para referir-se a coisas que podem não ter ocorrido;

11. Oferecer sempre o contexto em que se deu a fala do entrevistado, pois uma declaração nunca surge do nada, de forma gratuita; além disso, as declarações geralmente levam em consideração as distintas audiências a que são dirigidas, dado importante para que o leitor possa melhor compreendê-las;

12. O título precisa ater-se ao fato que se deseja noticiar; no contexto específico da disciplina e metodologia de trabalho à qual nos referimos, trata-se de alguém que disse (anunciou, acusou, criticou, lamentou...) algo em entrevista a estudantes de jornalismo;

13. Os chamados verbos dicendi, quando reportam-se às falas que se deram num mesmo contexto, precisam estar no mesmo tempo verbal; caso contrário, tem-se um fenômeno chamado de rompimento de cenário de linguagem;

14. É preciso tomar cuidado com lapsos verbais ou uso indevido de determinada expressão que possam ser cometidos pelo entrevistado, evitando-se sua reprodução quando desnecessária aos propósitos do texto. É possível, por exemplo, que um entrevistado (de qualquer matiz ideológica) refira-se ao golpe de estado de 1964 fazendo uso da palavra revolução, quando cabe ao jornalista desfazer o equívoco;

15. No texto jornalístico, a fonte de uma entrevista geralmente “fala que” e quase nunca “fala sobre”. A diferença entre uma coisa e outra é o cerne da notícia: um deputado, por exemplo, ao falar “sobre” a ampliação de um determinado aeroporto, anuncia “que” vai impetrar mandado de segurança para tentar impedir o início das obras;

16. É desejável que os títulos de uma notícia se constituam enquanto frases completas, onde se localizam sujeito, verbo e complemento, em ordem direta, estando o ver-

bo no presente do indicativo e na voz ativa; para efeito de atendimento à linha gráfica, devem os títulos ocupar todo o espaço a eles destinados;

Em termos de linguagem, as recomendações acima parecem ser as mais adequadas – e talvez até suficientes – para serem checadas nos textos produzidos em sala de aula. Há especificidades, como grafar algumas expressões com letra maiúscula ou numerais por extenso, por exemplo, que estão no universo das escolhas arbitradas dentro das redações. No mais, o importante será respeitar o uso corrente da língua, produzindo-se textos que possam se caracterizar pela objetividade, clareza, concisão e precisão, conforme recomenda Lustosa (1996, p.81-83).

A questão da estrutura

O texto da notícia é talvez a única modalidade textual que se caracteriza por uma estrutura – a pirâmide invertida – que subverte o desenrolar natural dos acontecimentos: “[...] inverte-se a ordem cronológica e até a ordem lógica pela ordem psicológica, para informar rapidamente o leitor e prender sua atenção”, conforme resumiu Pompeu de Souza (BRASIL, 1986) em entrevista que concedeu a um documentário sobre a história da imprensa no Brasil. Ao pesquisar a influência da produção jornalística americana sobre a brasileira, Silva (1991) aponta que a estrutura à qual

se referiu o veterano repórter e que hoje caracteriza o texto noticioso foi introduzida no Brasil pelas agências de notícias americanas, que a criaram para resolver um problema de ordem prática dos assinantes de seus serviços:

O mesmo texto das agências era utilizado por milhares de jornais de todas as partes do mundo. Cada um deles fazia uma avaliação diferente da importância de cada notícia e do espaço que ela deveria ocupar. As agências precisaram criar a fórmula da pirâmide invertida para que cada jornal pudesse fazer os cortes necessários nos textos para adaptá-los a suas necessidades sem perderem as informações fundamentais. Daí a colocação dos dados em ordem decrescente de importância (SILVA, 1991, p.110)

O advento desta estrutura levou ao surgimento de outra expressão que caracteriza o texto jornalístico: o lide, o parágrafo inicial da notícia. De tão importante, ele é considerado o quarto marco histórico, de um total de cinco, que referenciam o desenvolvimento do jornalismo, de sua origem aos dias atuais (LUSTOSA, 1996, p.77). Ao substituir o antigo “nariz-de-cera”, uma introdução na qual o autor do texto noticioso tecia considerações pouco objetivas, o lide trouxe como efeito colateral uma maior nitidez na linha que demarca os territórios do jornalismo e da literatura.

Ao abordar o tema, Lage (2002) pondera que, embora o lide seja o primeiro parágrafo da notícia, podem existir outros lides em seu corpo, o que abre margem às avaliações que diferentes repórteres (neste caso, alunos) possam fazer

de uma mesma entrevista usada para exercício laboratorial. É possível, no entanto, que de tão evidente o ponto alto de uma sequência de declarações numa entrevista, os alunos cheguem a uma mesma proposta de “gancho” para iniciar seus textos noticiosos. O debate em torno desta questão é a parte mais enriquecedora do exercício.

Os elementos estruturais dos quais viemos falando até aqui foram também objeto de um estudo pormenorizado desenvolvido por van Dijk acerca das estruturas da notícia na imprensa. No estudo, o linguista holandês apresenta um quadro analítico da notícia dentro do que chamou de sua “organização global” (DIJK, 2004, p.122), deixando claro que excluía na investigação os seus traços sintáticos, semânticos, estilísticos ou retóricos. Para chegar às conclusões que chegou, o pesquisador recorreu a um estudo de caso empírico – o assassinato do presidente eleito do Líbano em setembro de 1982, quando coletou 250 jornais de 100 diferentes países, tendo submetido à análise 700 artigos, a partir dos quais retirava suas observações, entre elas o fato de que:

[...] as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por escritores, de outro. (DIJK, 2004, p.123)

A partir do trabalho de van Dijk é possível inferir que a estrutura clássica do texto noticioso obedece a um determinado esquema, em termos macro e superestruturais, que facilita e torna confortável a leitura e a assimilação do fato noticiado. No texto, o autor localiza ao menos dois princípios que desempenham importante papel estruturante em sua redação e compreensão: relevância e recência. O primeiro podemos localizar nos valores-de-notícia mencionados no item 1 deste artigo; e o segundo, à lógica que orienta a produção da pirâmide invertida: contar uma história a partir de seu desfecho. O autor associa tais observações aos esquemas mentais que organizam a cognição:

Na linha das descobertas em psicologia cognitiva sobre narrativas, por exemplo, entendemos que tais esquemas textuais facilitam a compreensão, armazenamento e recuperação da memória. [...] Se os esquemas da notícia forem profissionalmente conhecidos e partilhados, eles também facilitarão a produção de notícias. Eles organizam a complexidade por vezes desconcertante de temas da notícia e permitem ao jornalista esquadrihar estrategicamente sua memória ou bases 'exteriores' de informação, como serviços de documentação (DIJK, 2004, p.152-153)

Até agora, vimos ser possível proceder-se a uma análise técnica do texto noticioso tendo por base teorias, normas e hábitos profissionais, alguns deles instalados no território da cognição. No entanto, ainda há uma insuficiência para comentários mais precisos: a falta de um efetivo contro-

le sobre as condições de produção. Qualquer análise bem feita precisa levar em conta todo o material recolhido pelo aluno/repórter no processo de apuração, o que necessariamente pode não estar presente no texto apresentado ao professor, seja em função de uma pergunta não feita ou de uma resposta não dada, além de outros fatores. A única maneira de superar o problema é ter-se o pleno controle das informações que servirão de matéria-prima para os textos produzidos pelo conjunto de alunos de uma mesma sala de aula. É este o tema do próximo tópico.

Disciplina e metodologia

Como não vem aos propósitos deste trabalho, não vamos aqui debater projetos pedagógicos ou grades curriculares. No caso da PUC-Campinas, a disciplina na qual adotamos a metodologia de trabalho aqui exposta – Jornalismo Especializado – localiza-se no sétimo e penúltimo semestre do curso, com um total de quatro horas/aulas por semana, divididas em dois dias. Trata-se de uma disciplina de caráter teórico-prático, contemplando atividade laboratorial, com a seguinte ementa:

A especialização no jornalismo diário contemporâneo; as categorias e gêneros do jornalismo aplicados à segmentação; os segmentos especializados como forma de agregação de novos públicos e prestação mais efetiva de serviços ao leitor; as diversas editorias, com ênfase para ciência, economia, esportes,

política e cultura; os temas recorrentes, as pautas, as reportagens e os suplementos.

Entre seus objetivos, a disciplina se propõe a levar o aluno a entrar em contato com a diversidade da produção jornalística permitida pelo advento de editorias, especializações, cadernalizações e produção de suplementos especiais na imprensa escrita diária; refletir sobre o papel do jornalismo na descoberta de nichos de mercado para ao atendimento de necessidades específicas do público-leitor; e refletir criticamente sobre a construção do conhecimento, através da difusão de informações jornalísticas especializadas. Observe-se, ainda, que a atividade não possui caráter interdisciplinar e nem funciona em apoio a qualquer outra produção laboratorial no curso.

Para dar conta dos objetivos expressos na ementa, cada uma das semanas letivas do semestre é dedicada ao estudo de uma diferente editoria entre as mais comuns nas redações de jornais. Há também um contingente de aulas destinado a leituras de apoio e voltado para a aplicação de exercícios de fixação de conteúdos, como por exemplo na produção de títulos-notícia (ZANOTTI, 1998), os mais comuns nas coberturas jornalísticas.

As editorias ou especializações estudadas são: Política, Esporte, Política, Cultura, Comportamento, Ciência e Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente, Economia, Educação e Cadernos Especiais, havendo espaço para que os alunos

eventualmente sugiram alguma área de estudo não abordada na relação exposta, como Informática ou Lazer. Uma vez definidas as editorias, o calendário semanal de atividades prevê uma sequência de aulas que contempla uma sucessão que se alterna entre atividade laboratorial e aula expositiva.

O semestre se inicia com exposições sobre o conceito de notícia sob três olhares: enquanto uma representação construída de forma negociada de um determinado fato de interesse jornalístico (SOUSA, 2002, p.201-202); enquanto uma técnica de produção textual; e enquanto uma categoria de textos do gênero informativo (MELO, 1994, p.65), além de orientações gerais do docente. Em seguida, o contingente da sala é dividido em duplas ou trios (dependendo do número de alunos) que se encarregarão de realizar entrevistas nas editorias por eles escolhidas. Assim, sob supervisão do professor, cada dupla (ou trio) faz apenas uma entrevista no semestre, que servirá de material de trabalho para todos os alunos. Aos propósitos da atividade, a entrevista precisa ser feita com fonte referencial em sua área de atuação, e que tenha a oferecer, no mínimo (na falta de uma informação nova) uma opinião bem embasada acerca do tema de pauta proposto.

As entrevistas, que devem durar em média dez ou doze minutos, são gravadas e, sem edição, transcritas ao pé-da-letra pelos alunos que as realizaram; as transcrições, sem

revisão, são distribuídas a todos os estudantes da sala, que as leem ao mesmo tempo em que ouvem a gravação original. Em seguida, após esclarecimentos de eventuais dúvidas, a entrevista do dia acaba se transformando em textos noticiosos produzidos individualmente por todos os alunos da sala. Cada texto, a pedido do professor, deve ter média de 20 linhas e título de duas linhas de no máximo 25 caracteres cada. Ao final da aula, o docente recolhe os textos e os leva para revisões e preparação de slides de data-show para uso na aula seguinte.

A aula posterior é, então, destinada à análise dos textos, em especial títulos e lides, que são projetados, por amostragem e sem identificação de autores, em tela de data-show, para uma avaliação coletiva. Antes, no entanto, professor e alunos expõem ao conjunto da sala as particularidades relativas à editoria do dia, a saber: principais publicações na área, temas recorrentes, principais fontes de informação, vocabulário e jargões específicos, levantamento histórico da editoria, grupos de interesse que a área abriga, textos e obras de referência etc.

No processo de análise coletiva dos textos, os alunos são motivados a comentar os títulos e lides projetados, bem como a linguagem utilizada, o encadeamento de idéias, a qualificação da fonte, a formulação de frases e eventuais erros de gramática e ortografia. Abre-se também espaço para uma análise da própria entrevista que, por exemplo, não te-

na contemplado uma pergunta essencial ao entendimento de uma determinada resposta.

A metodologia de trabalho empregada na disciplina, a nosso ver, apresenta uma série de vantagens em relação aos métodos usuais de análise de textos produzidos para disciplinas laboratoriais, geralmente voltadas à elaboração de reportagens para jornais laboratoriais. As reportagens, quase que obrigatoriamente, utilizam mais de uma fonte e são realizadas em locais e com pessoas aos quais nem o conjunto da sala nem o professor têm acesso. Além disso, uma detalhada avaliação do desempenho do aluno na reportagem fica sempre restrita aos interesses de um único aprendiz – aquele que tenha desenvolvido o trabalho de campo.

Em nosso caso, o docente passa a ter – a partir da orientação de pauta, da escolha da fonte, da transcrição da entrevista, do formato de título e texto solicitados, e do tempo (cerca de 60 minutos) destinado à redação da notícia – o pleno controle das condições de produção oferecidas igualmente a todos os estudantes. Este domínio das condições de produção, aliado às teorias e linguagem do jornalismo, bem como às normas que regem a Língua Portuguesa, possibilitam uma aula expositiva, *a posteriori*, na qual é possível obter a atenção interessada e produtiva de todos os estudantes, visto que todos os textos são avaliados em regime de amostragem, com os problemas e soluções sendo socializados.

Considerações finais

A metodologia de ensino que aqui apresentamos procura argumentar a favor de uma boa formação técnica dos profissionais de imprensa, aspecto que não pode ser desprezado no ensino da atividade, muito embora essa preocupação cause “urticárias” em uma parcela de estudiosos do ramo, conforme brincou o professor José Marques de Melo (2011) em palestra que proferiu no V Encontro Paulista de Professores de Jornalismo. Não se trata, a rigor, de formar jornalistas para atuar neste ou naquele veículo de comunicação, em especial nos que são chamados de “grande imprensa”, mas de oferecer ao estudante uma preparação técnica que lhe permita ter autonomia, discernimento e capacidade de argumentação diante de decisões que dele sejam exigidas no mercado de trabalho.

A nosso ver, apenas uma boa formação técnica, evidentemente aliada a uma sólida formação intelectual, poderá resultar em profissionais capazes de, a partir de dentro, produzir a crítica pertinente e batalhar pelas mudanças que o bom jornalismo está a exigir. Em tempos recentes, um dos materiais que utilizamos para a metodologia de trabalho aqui proposta foi uma palestra proferida pelo professor Jurandir Freire Costa, um dos mais respeitados pensadores brasileiros, em especial quando foca as questões da comunicação. É inegável que transformar em texto noticioso um

pronunciamento com os conteúdos que o etnopsiquiatra reúne em suas falas é um exercício muito mais que técnico, pois requer uma compreensão multidisciplinar de sua argumentação. Com a atividade realizada, além de se obter o exercício da técnica da “tradução” de um discurso com tamanha complexidade à linguagem que caracteriza a comunicação social para grandes públicos, os alunos-repórteres se viram na contingência de mobilizar/adquirir conhecimentos em áreas como antropologia, psicologia, sociologia e teorias da comunicação e do jornalismo.

Quando bem desenvolvidas e tendo-se a contrapartida de uma efetiva participação discente, atividades como esta tendem a evidenciar que, no ensino de jornalismo, a preocupação com uma formação mais ou menos técnica (ou mais ou menos humanístico-filosófica) pode muito bem ser colocada na estante que coleciona os falsos dilemas que têm provocado as urticárias de que nos fala Marques de Melo.

Referências

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Ensinar as práticas a partir da Teoria do Jornalismo: uma proposta pedagógica.** Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo. Brasília, v. 1, n.2, p. 3-29, ago./nov. 2007. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/126/80>
 BRASIL, Roberto Pompeu de Souza. Em depoimento ao

documentário **Impressões do Brasil**: a imprensa brasileira através dos tempos. GloboTec, Manduri 35, 1986

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

_____. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

DIJK, Teun Adrianus van. Estruturas da notícia na imprensa. In: **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAUS BELAU, Angel. **La ciência periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de La Universidad de Navarra, 1966.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

_____. Jornalismo em tempo de crise. In: FÓRUM PAULISTA DOS PROFESSORES DE JORNALISMO, V., **Palestra...**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Faculdade de Jornalismo. Campinas, 28 de maio de 2011.

SILVA, Carlos Eduardo Lins e. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Teorias da notícia e do jornalis-**

mo. Chapecó: Argos, 2002.

WARREN, Carl N. **Gêneros periodísticos informativos**.
Barcelona: A.T.E, 1975.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São
Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZANOTTI, Carlos A. Títulos no jornalismo diário, ou a
difícil arte de dizer apenas o essencial. **Revista de Estudos
de Jornalismo**, Campinas, v.1, n.2, p.45-58, 1998.